

lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Vertical de Escolas de Leça da Palmeira/Santa Cruz do Bispo referente a 31 de Dezembro de 2005. Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamar ao dirigente máximo do serviço.

9 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Jorge Manuel Gonçalves Sequeira*.

Agrupamento de Escolas Pintor José de Brito

Aviso n.º 887/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada a partir desta data no respectivo expositor a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de Agosto de 2005. O prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma.

11 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Ernesta Silva M. Barros Amorim*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português de Conservação e Restauro

Despacho (extracto) n.º 1999/2006 (2.ª série). — Por despachos de 11 e 13 de Janeiro de 2006 do director do Instituto Português de Museus e da directora do Instituto Português de Conservação e Restauro, respectivamente:

Alexandre Manuel Nobre da Silva Pais, técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do Museu Nacional do Azulejo — transferido para o quadro de pessoal do Instituto Português de Conservação e Restauro com a mesma categoria e carreira, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006, considerando-se exonerado do lugar de origem.

13 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 2000/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Janeiro de 2006 do vice-presidente deste Instituto, por subdelegação:

Deolinda Maria Ressurreição Folgado, técnica superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal dos serviços centrais deste Instituto — autorizada a equiparação a bolseiro no País, com dispensa parcial, pelo período de um ano, a partir de 19 de Janeiro de 2006.

13 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 2001/2006 (2.ª série). — Por despachos do Presidente do Tribunal Constitucional de 12 de Janeiro de 2006 e do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional de 5 de Janeiro de 2006:

Isabel Maria Marques Bengala, técnica profissional de 1.ª classe de BAD do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional — transferida para o quadro de pessoal do Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica do Tribunal Constitucional, aprovado pela portaria n.º 1147/2000 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 5 de Agosto de 2000, e constante do seu anexo II, para lugar vago da mesma carreira e categoria, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável ao Tribunal Constitucional *ex vi* do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de

14 de Dezembro, com efeitos em 15 de Janeiro de 2006. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria de Fátima Ribeiro Mendes*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 2002/2006 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 19 de Dezembro de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. Carlos Manuel Gaspar Leitão, juiz-desembargador, presidente do Tribunal da Relação de Coimbra — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilção. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

Despacho (extracto) n.º 2003/2006 (2.ª série). — Por despacho do juiz-secretário do Conselho Superior da Magistratura de 6 de Janeiro de 2006:

Carlos Ribeiro Costa, técnico profissional especialista principal do quadro do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça — requisitado, por urgente conveniência de serviço, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para exercer funções no Conselho Superior da Magistratura, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Declaração n.º 11/2006 (2.ª série). — Por eleição realizada no dia 18 de Janeiro de 2006:

Dr. Domingos Brandão de Pinho, juiz conselheiro da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo — reeleito vice-presidente do mesmo Tribunal, nos termos dos artigos 13.º, 19.º, n.º 2, e 20.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro).

18 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

Rectificação n.º 106/2006. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1, de 2 de Janeiro de 2006, o despacho n.º 24/2006, rectifica-se que onde se lê «Maria Paula Freire de Andrade Remédios Pires» deve ler-se «Maria Paula Freire de Andrade Remédios Pires».

16 de Janeiro de 2006. — O Administrador, *Rogério Paulo Martins Pereira*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 2004/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 4 de Janeiro do corrente ano:

Mestre Leonel Melo Rosa, professor do quadro de nomeação definitiva da Escola do Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclos João Afonso de Aveiro, requisitado para o exercício de funções docentes nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 17 a 23 de Janeiro do corrente ano.

9 de Janeiro de 2006. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho n.º 2005/2006 (2.ª série). — Por despacho do conselho administrativo da Universidade dos Açores de 15 de Dezembro de 2005:

Duarte Manuel da Silva Mendonça — autorizada a prorrogação do contrato de bolsa de investigação com a remuneração mensal de